

Sucessão de conflitos

GEOPOLÍTICA Como se formou o Estado de Israel e quais foram os confrontos e as ocupações territoriais que resultaram nos atuais problemas israelo-palestinos

Por **Edilson Adão**, autor de *Oriente Médio: a Gênese das Fronteiras* e professor de *Relações Internacionais da Esamc* e de *Geopolítica do Objetivo de Santos e Sorocaba*

Vossa senhoria está recebendo este livro, que trata de um assunto palpitante e que está no momento em manchetes. Dele depende a paz no Oriente Médio e no mundo. Focaliza a tragédia de um povo, a usurpação de uma pátria, a ânsia por liberdade e justiça, o anseio pela autodeterminação, o martírio de milhares de vítimas, o problema dos refugiados e o destino dos palestinos.

Seria natural relacionar a citação com a recente crise entre Israel e os palestinos. Contudo, o "assunto palpitante e que está no momento em manchetes" mencionado refere-se ao ano de 1961, quase meio século atrás. O livro em questão é a transcrição de um debate entre o historiador britânico Arnold Toynbee e o embaixador israelense no Canadá, Yaacov Herzog.

Como se percebe, a questão israelo-palestina encontra-se no centro da agenda mundial há décadas e, de crise em crise, vai se constituindo em um dos maiores dilemas das relações internacionais contemporâneas, ao mesmo tempo que é demonstrada a impotência dos organismos do mundo moder-

no para a resolução de conflitos. Claro está a hierarquia de poder entre Estados do atual sistema internacional. Logo, as eventuais intervenções obedecem mais aos interesses estatais (ou econômicos) do que a uma verdadeira busca pela paz.

Desde Oslo, em 1994, as negociações, planos ou acordos de paz para o Oriente Médio não passaram de retórica. Sabemos: não haverá paz na região enquanto não houver justiça territorial e isso quer dizer a constituição de um Estado palestino (laico ou não) e outro curdo. Até lá, persistirá a violência.

Os últimos acontecimentos na Faixa de Gaza não podem ser chamados de guerra ou conflito. A adjetivação é de outra monta. Os dados falam por si: do lado palestino, 1.300 mortos; do lado israelense, 13. Como chamar de conflito um embate em que 99% dos mortos são apenas de um lado? Slobodan Milosevic e Saddam Hussein pagaram com a vida por crimes contra a humanidade, um em Haia, outro, em Bagdá. O que ocorreu em Gaza foi um massacre e o Tribunal Penal Internacional (TPI) deveria ser acionado.

Pela enésima vez, Israel obteve a vitória militar ante os árabes, deixando muito claro qual é o lado forte da contenda, mas desta vez perdeu a guerra da propaganda. O Estado judeu parece nunca ter sido tão odiado pela chamada "opinião pública", no Brasil e no mundo. Isso oferece um risco, pois os aspirantes à intolerância logo confundem as repudiáveis ações israelenses com o povo judeu; muitos entre estes últimos são contrários às ações de Israel.

Das raízes

Grande parte dos que se debruçam para escrever sobre o conflito israelo-palestino identificam 1948, ano da fundação do Estado de Israel, como a origem dos problemas. Não está errada tal análise, porém, é incompleta. Um olhar mais atento sobre as raízes remete o estudioso ao final dos anos 1910, e não a 1948, isto para ficarmos num recorte histórico modesto. Ali se delineou a confusa situação do Oriente Médio.

O que é hoje Israel (Palestina, para os árabes) permaneceu durante séculos sob domínio otomano. Na Primeira Grande Guerra, de 1914-1918, os ingleses, visando derrotar os turcos, aproximaram-se dos árabes.

TERRA ARRASADA.
Morte e destruição em
Jerusalém na guerra pela
criação do Estado judeu



Estes, desejosos da liberdade perante o Império Turco-Otomano, viram no acordo tal possibilidade.

Cartas oficiais foram trocadas entre o emissário britânico, Henry McMahon, e o xerife de Meca, Hussein ibn Ali, da casa Hachemita, acordando sobre o futuro Reino Árabe independente (incluindo a Palestina) que teriam os árabes em troca de combater os turcos pelo flanco oriental. Acontece que, ao mesmo tempo que a coroa britânica acertava com Hussein, secretamente assinava com a França o acordo Sykes-Picot, que dividia entre as duas potências o espólio territorial otomano. Ainda um terceiro acordo era pactuado entre o Reino Unido e a elite judaica europeia, concedendo aquelas terras da Palestina ao emergente e organizado movimento sionista. Esse episódio da história é uma amostra de quanto vale a palavra britânica, na essência a grande responsável pelos distúrbios que assolam o Oriente Médio.

A Terra Santa

Após o término da Primeira Guerra Mundial, seguiu-se uma sucessão de conferências para delinear os novos Estados que surgiam dos escombros otomanos e austro-húngaros. A Con-



ADEUS, REINO UNIDO. Em 1948, David Ben-Gurion anuncia a independência do Estado de Israel

ferência de Versalhes tratou de redesenhar o mapa da Europa Oriental, enquanto outras reuniões menos conhecidas cuidavam das terras do Oriente Médio.

Foi na Conferência de San Remo, em 1920, que o destino da região foi traçado e se estabeleceu o mandato da Palestina ao Reino Unido, que, através do ministro das Relações Exteriores, Arthur James Balfour, acordou com o movimento sionista um apoio ao "Lar Nacional" dos judeus: "O governo de sua majestade vê com beneplácito o estabelecimento de um Lar Nacional Judaico para o povo judeu e fará tudo que estiver em seu poder para facilitar a execução desse objetivo, ficando claramente entendido que não se tomará nenhuma medida que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas da Palestina, ou dos direitos e estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país."

Respeitosamente, Arthur James Balfour

O movimento sionista passou a patrocinar a migração de dezenas de milhares de judeus da Europa para a Palestina que buscavam a tão sonhada pátria, movimento que aumentou vertiginosamente com as perseguições nazistas. Esses fatores exógenos foram os grandes responsáveis pelo futuro que se delineava no Oriente Médio, mas claro está que o sectarismo árabe igualmente seria decisivo, sem contar a falta de habilidade de seus dirigentes. Veja-se, por exemplo, a fala do rei Faisal, filho de Hussein, durante as negociações do pós-guerra: "Faremos tudo para cooperar, conforme as propostas sionistas na Conferência de Paz; os judeus que regressarem serão bem-vindos. O movimento judaico é um movimento nacional e não imperialista; o nosso é igualmente nacional e não imperialista e na Síria há lugar para ambos. Nós, árabes, sobretudo os cultos, consideramos com a maior simpatia o movimento sionista. Apresentamos de todo o coração, aos judeus do retorno, os votos de boas-vindas".

A Terra Santa não poderia imaginar o destino que lhe reservava tamanha sucessão de acordos incompatíveis e declarações irresponsáveis dos mais variados líderes, somada à destreza política da liderança sionista, que, inicialmente parte mais frágil na celeuma, sairia como grande beneficiada.

Durante as três décadas seguintes a até então pacata Palestina transformou-se num local de confronto entre aqueles judeus que chegavam e os árabes que lá estavam há 1.300 anos. O Reino Unido se perdera na sucessão de acordos que traçara, ofertando a mesma terra a interesses contrastantes, e anunciou sua retirada dali para 1948.

Em 1947, a recém-criada ONU tentou pôr fim aos conflitos e, através da Resolução 181, realizou a partilha da Palestina em dois Estados: um Estado judeu, com 14,1 mil



quilômetros quadrados, correspondendo a 56% da Palestina e contendo uma população de 1.008.800 habitantes (dos quais pouco mais da metade árabes), e outro Estado árabe, com 11,5 mil quilômetros quadrados, 43% da área, com uma população de 814 mil habitantes (destes, pouco mais de 1% judeus). Os árabes não aceitaram e todos os países muçulmanos votaram contra a proposta.

A partilha foi aprovada na seção plenária da Assembleia-Geral da ONU do dia 29 de novembro de 1947 e o Reino Unido anunciou que se retiraria da Palestina em 1º de agosto de 1948, mas, devido à forte tensão, apressou a retirada, antecipando-a para 15 de maio de 1948. Neste dia, David Ben-Gurion anunciou a independência de Israel e se seguiu a primeira guerra árabe-israelense. Seria a primeira de muitas vitórias do pequeno porém forte Estado judeu contra os muitos e frágeis árabes. Com a vitória, Israel incorporou vasta área originalmente não contida na partilha, expandindo demasiadamente suas fronteiras. O Estado palestino, literalmente, sumiu do mapa.

Parte da população palestina foi incorporada ao jovem Estado judeu. Outra seguiu para a diáspora em que se encontra até hoje, muitos em acampamentos "provisórios", que já duram mais de 50 anos. Em 2003, a ONU catalogou 3,7 milhões de refugiados palestinos. Um eventual retorno desses

refugiados é um dos entraves à resolução do conflito, pois isso alteraria decisivamente a balança demográfica regional em prol dos palestinos.

Foi no exílio que os palestinos deram início à resistência e à luta pelo retorno a pátria. Nos corredores universitários do Egito e também na Faixa de Gaza surgia a primeira forma de organização palestina, a Al Fatah, embrião da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1964, em Alexandria, Egito, nascia oficialmente a OLP, que seria o principal

No exílio os palestinos iniciaram a luta pelo retorno à pátria

porta-voz do movimento palestino e que, desde 1969, foi dirigida pelo lendário Yasser Arafat, até sua morte, em 2004.

A Guerra dos Seis Dias

Apesar da inferioridade militar, os árabes não aceitaram as derrotas de 1948 e 1956 (pelo Canal de Suez). Durante os anos 1960, pairava um clima de revanche no Oriente Médio. Com discursos ameaçadores, Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, bradava contra Israel nas rádios árabes do Oriente, anunciando que se aproximava "o dia em que os judeus seriam atirados ao mar".

Guerrilheiros palestinos locados na Faixa de Gaza, então sob domínio egípcio, realizavam incursões contra Israel. En-

quanto os árabes blefavam, Israel agiu, demonstrando mais uma vez sua eficiência estratégica e superioridade militar. Em 5 de junho de 1967, forças israelenses, comandadas pelo estrategista Moshe Dayan, atacaram simultaneamente o Egito, a Síria e a Jordânia, destruindo suas forças aéreas no solo. Em seguida, pôs as forças terrestres israelenses com blindados, centenas de tanques, infantaria, guarnições da mais alta artilharia em solo egípcio, jordaniano e sírio, enquanto paraquedistas ocupavam o Canal de Suez. Foi uma humilhação. Ficava muito claro qual era o lado forte na contenda. A autoestima árabe estava em cacos.

Consideramos a Guerra dos Seis Dias a mais importante das guerras árabe-israelenses pelas suas consequências territoriais. Israel não apenas venceu e humilhou os árabes, mas ainda ocupou e colonizou suas terras. Da Síria, tomou-lhe as Colinas de Golan; do Egito,

A GUERRA DOS SEIS DIAS E A OCUPAÇÃO ISRAELENSE



- Colinas de Golan. Pertencem à Síria, e são a mais importante área de mananciais da região.
- Cisjordânia. Pertence à Jordânia, importante zona fértil, guarda grande valor religioso para o Judaísmo, Cristianismo e Islamismo.
- Faixa de Gaza. Pertencia ao Egito, zona árida, área de intensa atuação da guerrilha palestina contra alvos israelenses.
- Península do Sinai. Ocupada junto ao Egito, foi devolvida posteriormente aos Acordos de Camp David, em 1979.

A PARTILHA DA PALESTINA (ONU)



- Plano de Partilha de 1947
- Estado Árabe
- Estado Judeu
- Jerusalém
- Território anexado após 1948

FONTES: ADAPTADO DA ONU, 1980



SEMENTE DO ÓDIO.

O líder Yasser Arafat morreu sem ver Israel desocupar terras palestinas, invadidas na Guerra dos Seis Dias, em 1967

o Sinai e a Faixa de Gaza; da Jordânia, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Praticamente, quadruplicou sua área em relação à partilha de 1947. Nessas áreas viviam milhões de palestinos, muitos foragidos da guerra de 1948. Com o sistema de colonização implementado a partir de então, convocou judeus de todo o mundo a vir ocupar "terras disponíveis".

A ONU condenou a ocupação, através da Resolução 245: Nações Unidas, 22 de novembro de 1967

O Conselho de Segurança (...), enfatizando a inadmissibilidade da aquisição de território pela guerra e a necessidade de trabalhar por uma paz justa e duradoura na qual cada Estado na região possa viver em segurança (...) afirma a aplicação dos seguintes princípios:

I – evacuação das Forças Armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito;

II – encerramento de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito pelo reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência política de cada Estado da região e de seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas (...)

Adaptado do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, 1988.

O Sinai seria devolvido ao Egito após os Acordos de Camp David, em 1979, e a Faixa de Gaza, entregue à Autoridade Palestina, em 2005. Golan e Cisjordânia seguem sob ocupação.

O futuro continua sombrio

A história entre árabes e judeus vem de longa data (na mais ortodoxa visão, desde Abraão), mas a semente maior do ódio foi lan-

çada em 1967. O que esperar de crianças que assistiram à humilhante expropriação das terras de seus pais para cedê-las ao judeu estrangeiro? B.Z. Goldberg foi muito feliz em seu documentário *Promessas de um Novo Mundo*, ao mostrar a melancolia das oprimidas crianças palestinas. Essa melancólica mágoa, transformada em uma revolta cega e somada ao fanatismo religioso doentio, produziu o repulsivo homem-bomba.

Apesar de a gênese dos atuais problemas remontar a 1920, uma paz mesmo que paliativa terá de rever imediatamente as fronteiras pré-1967: os territórios invadidos não pertencem a Israel sob nenhuma ótica do Direito Internacional. Não haverá paz alguma enquanto for mantida a ocupação.

Yasser Arafat, herói para os palestinos e terrorista para os judeus, acenou em 1973 com essa possibilidade, mas morreu sem ver o sonho do Estado palestino concretizado. Hoje é questionável se um Estado será suficiente para aplacar a ira palestina construída diante da opressão permanente. Os palestinos começam a perceber que a solução de dois Estados separados talvez agora já não lhes seja conveniente: a pressão demográfica pesará a seu favor, tornando os judeus minoria mesmo dentro de Israel. Parece que os dirigentes israelenses não prestaram atenção a esse detalhe.

Concluimos este texto com um tom pessimista quanto ao futuro próximo, uma vez que as eleições em fevereiro de 2009 promoveram nova guinada à direita em Israel, tornando ainda mais improvável uma reaproximação. Queremos estar enganados, mas as perspectivas futuras não são promissoras. ■

SAIBA MAIS

■ Livro

SALEM, Helena. *A Questão Palestina*. Brasiliense: São Paulo, 1982.

Um dos primeiros trabalhos a abordar o assunto no Brasil, a obra da jornalista judeu-brasileira

discorre sobre a evolução do problema

■ Filmes

Promessas de um Novo Mundo, de Justine Arlin, Carlos Bolado e B.Z. Goldberg, Estados Unidos/Israel, 2001.

Paradise Now, de Hany Abu Assad, França-Alemanha-Israel, 2005.